

---

## TRAJETÓRIA DO CURSO DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS-MG: COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO DOCENTE <sup>9</sup>

Débora Ariane Santos Guia<sup>10\*</sup>  
Gildette Soares Fonseca<sup>11\*\*</sup>

**Resumo:** A qualidade da educação básica e superior de um país está diretamente associada à formação dos educadores. Especificamente nos cursos de licenciatura em Geografia, é essencial que o acadêmico detenha conhecimentos sólidos acerca da Ciência Geográfica, tenha didática, ética, habilidades e competências para desenvolver atividades de forma pedagogicamente adequada à demanda assim que ingressar no mercado de trabalho. Neste sentido, este estudo tem por objetivo apresentar uma trajetória do curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e entrevistas com profissionais atuantes e que já atuaram no curso. O curso de Geografia iniciou em 1964, nas instalações do Colégio Imaculada Conceição sendo transferido um ano após para o casarão centenário da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM). Em 1992 foi incorporado ao Centro de Ciências Humanas (CCH) da Unimontes gozando de melhor estrutura para capacitar educandos para o exercício da docência, tornando-o assim um professor. Desde 1996 o curso regular e gratuito funciona em Montes Claros e Pirapora, muitos são os desafios a serem enfrentados para engrandecimento do curso, no entanto o mesmo tem se destacado em nível nacional.

**Palavras Chave:** Formação de professores. Geografia. Unimontes

## TRAJECTORY COURSE OF GEOGRAPHY AT THE STATE UNIVERSITY OF MONTES CLAROS-MG: COMMITMENT TO TEACHER TRAINING

**Abstract:** The quality of basic and higher education of a country is directly linked to teacher training. Specifically in graduate courses in geography, it is essential that the academic holds sound knowledge about the Geographic Science has teaching, ethics, skills and expertise to develop activities in a pedagogically appropriate way to demand that enters the labor market. In this sense this study is to present an overview of the course of

<sup>9</sup> Fragmento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “*Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros e o perfil de seus acadêmicos*”. Apresentado em julho de 2009 na Universidade Estadual de Montes Claros - MG.

<sup>10</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. E-mail: debbieguia@hotmail.com.

<sup>11\*\*</sup> Mestre em Geografia; Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. E-mail: gildettes@yahoo.com.br.

Geography, State University of Montes Claros (Unimontes in Montes Claros-MG. For this purpose a survey was conducted literature and interviews with professionals who have worked (am) in the course. The Geography course began in 1964, the premises of the Immaculate Conception School a year after being transferred to house centenary of Northern Mining Foundation of Higher Education (FUNM). In 1992 it was incorporated into the Center for Humanities (CCH) Unimontes enjoying the best structure to enable students to carry out teaching, thus making it a teacher-geographer. Since 1996 the regular course work and free in Montes Claros and Pirapora, there are many challenges ahead for greater enhancement of the course, however it has excelled at the national level of excellence in quality.

**Key words:** Teacher. Geography. Unimontes.

### **Introdução**

Na discussão da formação docente pode-se destacar a qualidade da concepção teórica e o compromisso social como pontos básicos a serem desenvolvidos pelo acadêmico durante todo o processo em que irá constituir-se professor. A conexão entre a teoria e a prática manifesta-se como tema central a ser trabalhado neste, pois além de preparar o aluno com o currículo tradicional, o docente deve oportunizar a este a possibilidade de tomar conhecimento e compreender a realidade em que está inserido para, futuramente, atuar como profissional e cidadão, dada a importância da boa formação do professor da educação básica.

O ensino superior e os cursos de formação de professores para o ensino primário foram acondicionados nas universidades no Brasil em 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo presidente Getúlio Vargas, com a intenção de melhorar o ensino superior no país. Através do Decreto nº19.851/31, a formação de professores secundários foi alçada e em 1934 foi criada a primeira universidade dentro do perfil exigido, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), visando estabelecer cursos específicos que evidenciassem a formação de professores. Segundo Aziz Ab'Sáber (2004, p.80): “[...] a fase contemporânea da Geografia-ciência no Brasil teve como marco inicial incontestável, a fundação em 1934, do curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”.

Em Montes Claros – município do norte de Minas Gerais – após vinte e nove anos da fundação do curso na USP, iniciou as atividades do curso de licenciatura em Geografia em um espaço cedido pelas Irmãs no Colégio Imaculada Conceição, passando ao casarão centenário da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM) e por fim às atuais instalações da Unimontes. No início as turmas eram em menor quantidade e constituídas por pessoas que em geral, já exerciam a docência e tinham a intenção de se qualificar, o que exigia maior empenho dos profissionais que ministravam o curso.

---

Neste contexto, este estudo tem por objetivo apresentar a evolução do curso de graduação em Geografia da Unimontes em Montes Claros - MG. Para tanto, analisou-se a formação de professores de Geografia no Brasil e caracterizou-se a trajetória do curso de graduação em Geografia da Unimontes desde sua implantação, em 1964.

O caminho metodológico baseou-se, essencialmente, em levantamento bibliográfico e entrevistas com a professora Maria Florinda Ramos Marques<sup>12</sup> e com a professora Marina de Fátima Brandão Carneiro<sup>13</sup>, a fim de esclarecer o que não ficou evidente no escasso material que trata do histórico do curso, todas as informações obtidas foram gravadas e transcritas na íntegra.

O estudo está organizado em dois eixos: o primeiro aborda a formação de professores de Geografia no Brasil, destacando as medidas de regulamentação do ensino aplicadas pelas instâncias constituintes a fim de adequar os cursos superiores, o processo de formação dos professores a partir dos anos 1990, com a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96). Finalizando tem-se a distribuição espacial dos cursos de licenciatura em Geografia pelo território nacional, bem como a verificação da quantidade de cursos que titulam em licenciatura plena e os que diplomam, também, em bacharelado.

Em seguida é descrito como procedeu a fundação do Curso de Geografia da Unimontes. A abordagem é realizada a partir o ano de 1964 até 2008. Logo após a expansão e espacialização do curso de graduação em Geografia são analisadas a datar do ano de 1992, quando o curso tem suas atividades transferidas para o prédio do Centro de Ciências Humanas -CCH- da Unimontes.

Espera-se que, com este estudo, haja uma contribuição com a memória do Curso de Geografia da Unimontes.

### **Formação de professores de Geografia no Brasil**

No Brasil, até o século XIX, os conhecimentos geográficos ficavam a cargo dos jesuítas, pois não havia cursos de formação para docente, além de não estarem estruturados de maneira a compor uma disciplina escolar específica.

No decorrer do século XIX, o ensino de Geografia adquiriu maior relevância na educação formal, porém, os docentes que lecionavam Geografia no ensino secundário

---

<sup>12</sup> Ex – professora da FUNM e uma das idealizadoras do curso de Geografia em Montes Claros.

<sup>13</sup> Professora titular da Unimontes e coordenadora editorial da Revista Cerrados.

eram autodidatas ou procedentes de outras profissões, pois exerciam o magistério até encontrar uma boa posição nas profissões originais. Conforme Carril (2007), somente a partir de 1887, com a aprovação do sistema provincial, é que se colocou em pauta a profissionalização dos professores, com a exigência do diploma de normalista. Tal fato representou avanço, apesar da lentidão no processo de qualificação.

Segundo Marques (2000), até a década de 1930, a formação de professores para o ensino secundário não acontecia em instituições específicas para tal. O autor utiliza como argumento o desabafo do então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, ao dizer que esta acontecia “ao acaso da improvisação e da virtuosidade” (MARQUES, 2000, p. 17.) Assim, para regularizar essa formação, no século XX houve a renovação do ensino superior no Brasil com a introdução do sistema universitário, por meio do decreto nº19.851<sup>14</sup>, de 11 de abril de 1931, que dispunha:

o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (DECRETO nº19.851/31)

A partir do referido Decreto, originou-se a FFLCH da USP, espaço acadêmico que passou a abrigar, dentre outros cursos, o de Geografia. De acordo com apontamento de Marques (2000, p. 17):

[...] as primeiras instituições organizadas sob as novas regras, apresentando, os cursos de formação pedagógica, caráter à parte, que não se confundia com a postura científica dos demais cursos, foram a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal criada em 1935, que depois sendo extinta, foi absorvida em 1939 pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os cursos para formação de profissionais para atuar na área docente foram acolhidos nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das referidas instituições, com a finalidade de preparar o indivíduo para magistério do ensino secundário e normal.

No entender de Marques (2000), em meio aos cursos surgidos no âmbito destas Faculdades, apareceu pela primeira vez o de História e Geografia, na época constituindo uma única

<sup>14</sup> <http://www.fis.ufba.br/dfes/PDI/financ/decreto%2019.851.doc>

---

graduação. Os profissionais que ministravam as disciplinas de tal curso eram, em sua maioria, vindos da França. Em 1934, deu-se início ao curso de Geografia na antiga subseção de Geografia e História da USP. Inicialmente a Geografia brasileira contou com a presença de alguns teóricos de origem francesa, como Pierre Defontains, Pierre Monbeig, Emanuelle De Matonne que influenciaram, assim, a Geografia no Brasil. Nesta época, sob a inspiração de Pierre Deffontaines, no ano de 1934, em São Paulo, nasceu a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que contribuiu e contribui com a expansão e a divulgação de importantes estudos.

Tal fato explica a forte influência da Geografia francesa exercida sobre a Geografia brasileira, como elucida a professora Maria Florinda ao declarar em entrevista que, *“na verdade o curso de Geografia tinha muito material em francês, porque a Geografia Francesa era o tope de linha na época em que estava cursando Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)”*.

A partir de 1936, surgiram professores que haviam tido uma formação específica para o exercício do ensino de Geografia nas escolas secundárias, sendo que somente na década de 1950 houve uma maior disseminação de cursos para a formação desses professores. Nas universidades públicas e mesmo em instituições privadas, novas turmas foram iniciadas com o objetivo de qualificar profissionais para atuar como educadores nos diferentes níveis de ensino.

Em 19 de dezembro de 1962, em obediência à Lei nº 4024/61<sup>15</sup>, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, exigindo, a partir de então, um currículo mínimo nacional para todas as graduações, o Conselho Federal de Educação apresentou o Parecer nº 412/62<sup>16</sup> que constava o primeiro currículo mínimo para as licenciaturas em Geografia. O referido Parecer esclarece que:

O currículo mínimo de Geografia que propomos não tem em vista a profissão de Geógrafo que ainda está para ser regulamentada em projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. Por enquanto só podemos cogitar do currículo destinado à formação do professor de Geografia nas escolas de nível médio que é, presentemente, o diploma oferecido pelos cursos de Geografia das Faculdades de Filosofia, para efeitos de exercício profissional, nos termos do art. 70 da Lei no 4.024. (PARECER nº 412/62).

O Parecer nº 412/62 estabelece também que o curso de licenciatura em Geografia passa a ter quatro anos de duração com as disciplinas: Geografia do Brasil; Geografia Física; Geografia Biológica ou Biogeografia; Geografia Regional; Geografia Humana; Cartografia e duas

<sup>15</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm)

<sup>16</sup> [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_FialhoMN\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_FialhoMN_1.pdf)

disciplinas optativas que poderiam ser: Antropologia Cultural; Fundamentos de Petrografia, Geologia, Pedologia; Mineralogia; Botânica; Sociologia; História Econômica Geral e do Brasil; Etnologia e Etnografia do Brasil.

Com a vigoração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96)<sup>17</sup> os cursos de formação foram obrigados a revisar seus projetos pedagógicos adequando seus cursos à lógica do mercado. A ênfase dos cursos deixou de ser solidificada somente na formação teórica, passando, desta maneira, a focar também a aquisição de competências e habilidades por partes dos futuros profissionais. Como afirma Carril (2007, p. 56): “nos anos 90, ocorre um processo de retração da oferta de educação superior com uma tendência de oferta seletiva de cursos e saberes específicos comandados pelo mercado e para o mercado”.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº2<sup>18</sup>, de 26 de junho de 1997, estabeleceu as regras para a operacionalização e organização dos chamados Programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. O Artigo 1º ressalta que,

a formação de docentes no nível superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio, será feita em cursos regulares de licenciatura, em cursos regulares para portadores de diplomas de educação superior e, bem assim, em programas especiais de formação pedagógica estabelecidos por esta Resolução. (RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 2, de 26 de junho de 1997)

Assim sendo, tais programas objetivam prover a falta de professores habilitados em determinadas disciplinas e localidades, que deverão desenvolver-se em, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, esta com duração mínima de 300 horas.

Diante do exposto fica claro que para o Estado o importante é formar uma quantidade suficiente de professores, não levando em consideração o grau de complexidade e responsabilidade que o profissional da educação administra em seu cotidiano. Neste contexto pode-se pontuar que a relação entre a teoria e a prática surge como item a ser desenvolvido no âmbito da formação docente, principalmente quando a universidade é atingida de forma ininterrupta pelas questões sócio econômicas do Brasil.

Quase nada tem sido feito quanto à qualidade da formação e a carreira dos docentes. Os

<sup>17</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

<sup>18</sup> <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla06.pdf>

---

administradores públicos não têm contemplado a educação e o ofício dos professores e em consequência do descaso com as possibilidades de carreira profissional e de salário, acontece o descuido quanto à formação inicial ou continuada, conforme explicita Cavalcanti (1998, p. 21):

Isso se explica, em parte, pelas condições precárias do trabalho nas escolas que dificultam o investimento (objetivo e subjetivo) dos professores no seu crescimento intelectual, além da fragilidade dos programas de capacitação de docentes em serviço e, em parte, por deficiências institucionais de divulgação das análises propostas produzidas, no ambiente restrito das universidades.

Neste contexto ocorre a carência tanto de professores de Geografia quanto de outras áreas, que não veem estímulos nem condições que justifiquem a dedicação exclusiva no exercício na docência.

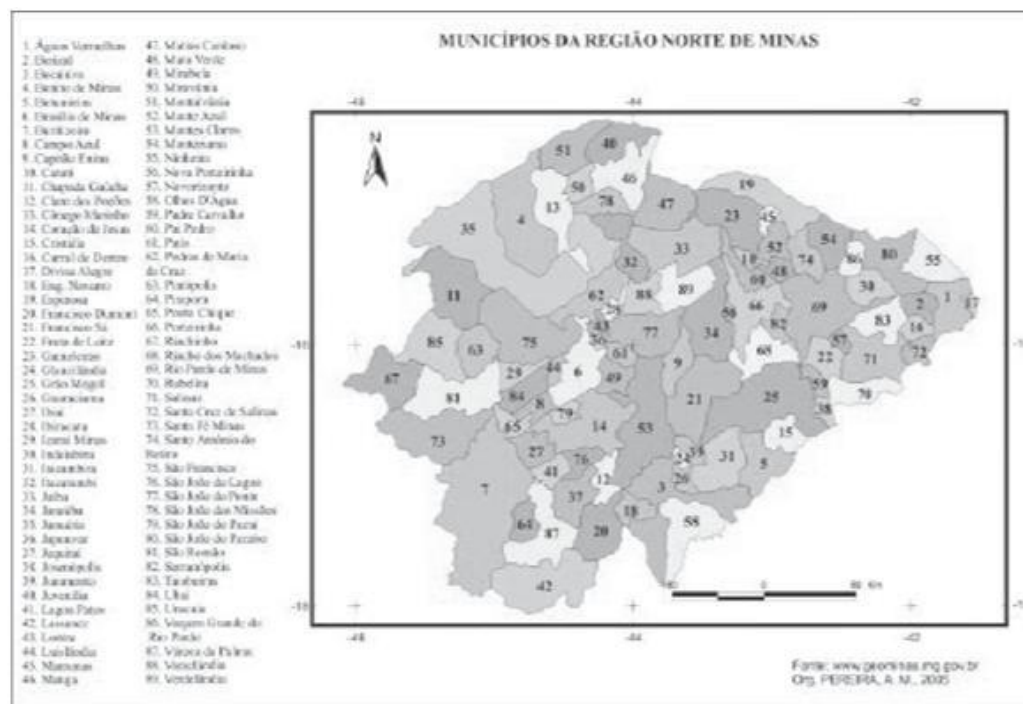
Conforme Vesentini (2004), as autoridades brasileiras buscam saídas burocráticas e autoritárias para tentar resolver o problema da educação nacional, além da elaboração de guias ou propostas curriculares que deixam de atender quem está inserido na docência, pois, normalmente são impostas. Neste sentido, o Estado e a sociedade condenam os professores pela decadência do sistema educacional.

Em vez de aumentar os salários dos docentes e melhorar as suas condições de trabalho, em vez de ofertar bons cursos de reciclagem – e incentivar os professores a fazê-los, criando também o tempo de que eles necessitam para tal –, o que predomina é aquela visão conteudístico-burocrática segundo a qual o problema sempre está no conteúdo e/ou na organização do sistema escolar. (VESENTINI, 2004 p. 236).

A partir de observações verifica-se que em muitos casos, as instituições privadas de ensino fundamental e médio acabam oferecendo aos professores melhores salários e condições de trabalho, o que as tornam mais atrativas que as escolas estaduais e municipais, mesmo havendo instabilidade empregatícia. O salário funciona como poderoso fator de atração de profissionais talentosos, uma vez que as instituições funcionam em sistema meritocrático, em que os melhores profissionais são mais bem remunerados.

Tal procedimento contribui e dá condição para que o professor invista em sua carreira, pois desta forma sente que o aperfeiçoamento é reconhecido e estimulado e o salário não será equiparado ao de um profissional sem dedicação. No entanto, há educandários privados que exploram a mão-de-obra dos docentes com excedente de atividades a serem desenvolvidas.

O Mapa 1 trata da espacialização dos cursos de Geografia de acordo com as instituições privadas e públicas no Brasil.



Mapa 1: Oferta dos cursos de Geografia no Brasil

De acordo com o Mapa 1, constata-se um expressivo número de núcleos de ensino superior de âmbito privado, que ofertam o curso de Geografia, em relação aos núcleos públicos, em especial nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Nas demais unidades da Federação o número de instituições públicas ainda não foi superado pelas privadas. Segundo Camargo (2007, p. 81):

Historicamente, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das universidades públicas trouxeram para si a tarefa de formar professores; porém, à medida que a escola básica se populariza, a demanda possibilita a expansão da iniciativa privada a ponto dela se responsabilizar pela absoluta maioria da formação dos professores.

Os dados reforçam a tese de mercantilização da educação superior brasileira, contribuindo para a expansão de instituições privadas e redução da rede pública, fruto de políticas neoliberais, que objetivam transformá-las em um próspero setor voltado aos interesses do disputado



---

mercado. Para Camargo (2007, p.65), o sistema universitário incorpora “a dimensão empresarial administrativa por personagens estranhos à ciência e à pedagogia”.

Acontece que muitos cursos superiores de Geografia não oferecem uma formação crítica aos seus licenciados. Segundo Pereira (1999, p.51): “a formação dos professores deixa a desejar, quando considerados os docentes mais antigos, que têm uma formação estruturada em cursos de licenciatura curta com complementação em Geografia (ligada à Geografia descritiva) ou História”.

Outro agravante desta situação é que a maior parte dos formandos inicia seu trabalho docente mesmo antes do término do curso e, por consequência, cristalizam práticas docentes conservadoras precocemente, o que resulta em problemas no relacionamento professor e aluno, levando-se em consideração a postura metodológica, didática, de conteúdos e a insegurança. Isso acontece porque o acadêmico observa e imita práticas que não são elaboradas a partir de uma análise crítica, anterior ao período dos estágios supervisionados.

O saber docente não é somente acadêmico como também não é constituído somente de experiências, é um saber que consiste em administrar informações disponíveis e ajustá-las ao contexto da situação. Existe um distanciamento da prática acadêmica com a da educação básica, sendo essencial o estágio supervisionado para a formação do futuro educador. Castellar (1999, p.51) pontua:

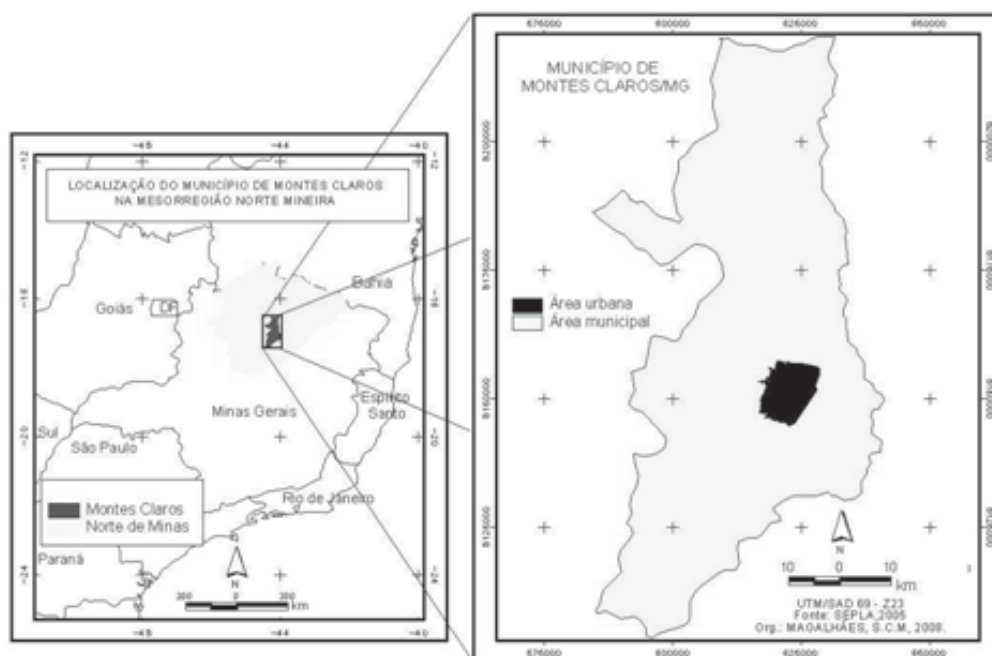
Os que entram na rede mais recentemente sofrem o efeito de, muitas vezes, terem tido uma formação inicial, a graduação, precária. [...] repensar, portanto, a grade curricular desses cursos, buscando melhorar a qualidade da formação e um real aprofundamento em áreas específicas se faz necessário [...].

Uma forma de minimizar tais problemas é a criação de escolas de aprendizagem vinculadas às universidades, onde os acadêmicos poderão estagiar seguindo o que é exposto na universidade, acompanhados por docentes da instituição.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC)<sup>19</sup> no ano de 2009 encontram-se distribuídos pelo território nacional 519 cursos superiores que oferecem habilitação em licenciatura em Geografia. O Mapa 2 demonstra a quantidade de cursos distribuídos, conforme a regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

<sup>19</sup> [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/cur\\_pesq\\_regiao.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/cur_pesq_regiao.stm)

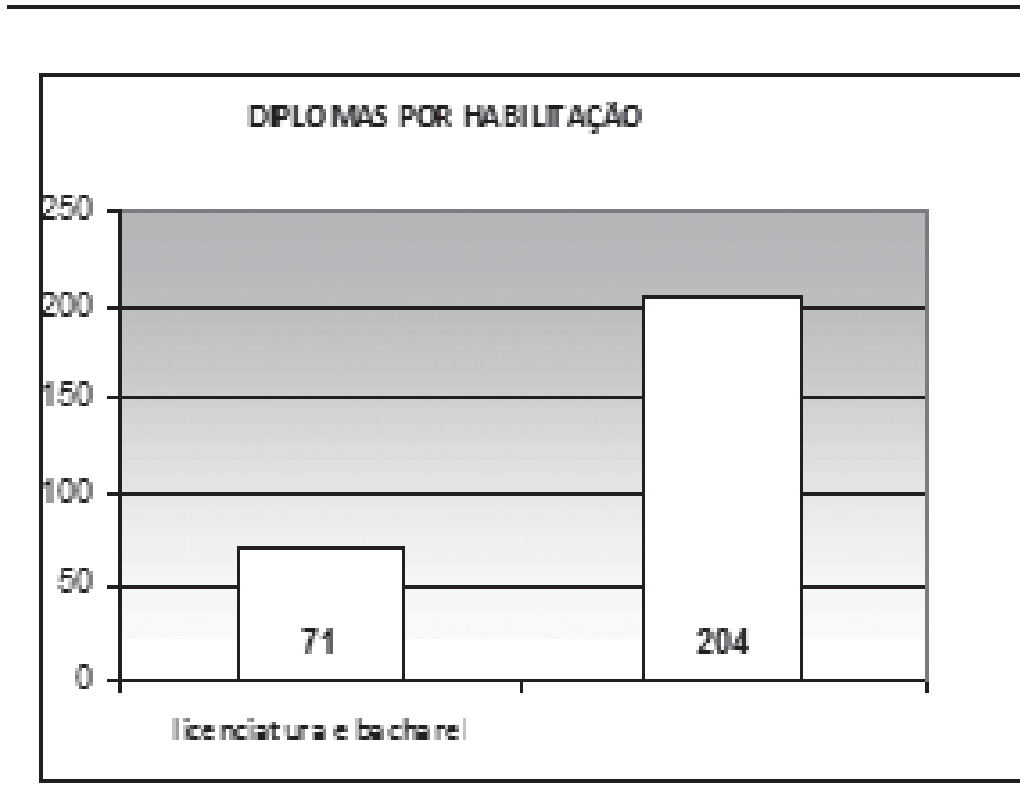


**Mapa 2:** Distribuição dos cursos de Geografia por regiões.

Como pode ser observado no Mapa 2, a maior quantidade de cursos formativos em Geografia encontra-se nas regiões Sudeste (192) e Nordeste (139); em seguida tem-se o Sul (78), Norte (57) e o Centro-Oeste (53). Mediante dados pesquisados no MEC (2009) pode-se afirmar que a estrutura curricular e a carga horária dos cursos diferem, variando de mil horas/aula e mais de quatro mil horas/aula.

No Gráfico 1 observa-se a quantidade de instituições<sup>20</sup> que habilitam em Licenciatura Plena e Licenciatura com Bacharelado em Geografia.

<sup>20</sup> [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/cur\\_pesq\\_regiao.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/cur_pesq_regiao.stm)



**Gráfico 1:** Diplomas por habilitação.  
**Fonte:** MEC, 2009. **Org.** GUIA, D. 2009

O Gráfico 1 aponta que há 275 instituições que ofertam cursos de Geografia, sendo que 204 habilitam apenas para licenciatura e 71 habilitam em bacharelado e licenciatura. A partir de 2003 a diplomação de licenciatura e bacharelado foi proibida pelo MEC, pois são modalidades diferentes e não podem ser oferecidas no mesmo curso.

Embora a proporção de cursos que habilitem para licenciatura seja mais expressiva que a dupla habilitação, para se obter uma educação de qualidade demanda-se competência teórico-metodológica, responsabilidade e comprometimento social. Para que isso seja viável, faz-se necessária a busca de caminhos que levem à ruptura das dicotomias que tão perversamente perpetuam-se no âmbito educacional, principalmente as que fazem referência à formação do professor. A oposição entre conteúdos específicos e pedagógicos, o distanciamento entre os cursos de licenciatura e as escolas da educação básica, a perda do significado da relação profissional *versus* sociedade, a fraca demarcação da identidade e do objeto epistemológico dos cursos de formação de professores acabam constituindo mais uma deformação do que a

qualificação para atuação no magistério.

### **Histórico do curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros**

O ano de 1963 foi um marco para o norte de Minas Gerais e especificamente para a cidade de Montes Claros, uma vez que, partindo de uma iniciativa privada, surgiu a primeira unidade de ensino superior, a então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFIL), tendo como entidade mantenedora a Fundação Educacional Luiz de Paula (FELP). Contudo, somente no dia 13 de abril 1964 foram iniciadas as aulas dos cursos da instituição – Geografia, História, Letras e Pedagogia – nas instalações do Colégio Imaculada Conceição, sendo o primeiro, resultado da idealização do sonho das geógrafas Maria Florinda Ramos Marques e Maria Dalva Dias de Paula recém graduadas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em entrevista concedida em outubro de 2008, a professora Maria Florinda Ramos Marques pontua as razões que impulsionaram a “construção” de um curso de Geografia em Montes Claros:

*Até então não havia nenhuma unidade de ensino superior em Montes Claros, por isso as pessoas saíam, os jovens saíam para Belo Horizonte e outros locais. E aí nós começamos a nos reunir. Eram duas de Geografia, professora Maria Dalva e eu, Professora Izabel Rebelo de Paula, do curso de História, a professora Laice Tourinho que ainda estava mais distante, estava no princípio do curso, mas ela participava das reuniões, professora Baby Figueiredo do curso de Pedagogia e a professora Meire Figueiredo do curso de Letras. Então eram essas pessoas. A professora Sônia Prates também estava no princípio, era do curso de História\_ deixa ver se não esqueci ninguém\_ então quando foi amadurecendo nos começamos a pensar realmente, fazendo várias reuniões, lá mesmo na UFMG, pensamos em trazer mesmo. E nas férias nós nos reunimos com as lideranças de Montes Claros para trazer a faculdade.*

A primeira turma de Geografia, formada principalmente por professores atuantes no magistério, foi iniciada com apenas dezesseis estudantes. As aulas foram ministradas no Colégio Imaculada Conceição, em salas cedidas pelas Irmãs, até o ano de 1965, quando os cursos foram transferidos para o casarão centenário da FUNM, localizado na área central de Montes Claros.

Em 1966, a FAFIL se desligou da FELP e passou a integrar a FUNM e em 1989, para atender ao disposto na Constituição do Estado, que visava contribuir para a melhoria e a transformação da sociedade norte mineira, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão com eficácia e qualidade, transformou-se em autarquia, passando a denominar-se Unimontes, pelo Decreto Estadual nº. 30.971, de 09/03/1990.

Desde 1992 o curso de Geografia foi incorporado ao CCH, localizado no Campus Universitário

“Professor Darcy Ribeiro”, na Vila Mauricéia. Em 1996 ocorreu a ampliação do curso com a implantação do mesmo no Campus de Pirapora, funcionando no turno noturno. Em Montes Claros, a partir de 2004, o curso ocorre em dois turnos: matutino e noturno, aumentando a abrangência dos serviços e atendendo a uma clientela maior. O Mapa 3 evidencia os municípios de Montes Claros e Pirapora, locais onde são ministrados os cursos de Geografia da Unimontes.



**Mapa 3:** Municípios em que o curso de Geografia é regular.

O Mapa 3 evidencia as localidades do curso de Geografia regular e gratuito, sendo que para o funcionamento em Pirapora parte dos professores deslocam-se diariamente 170 km para ministrar as aulas, retornando no mesmo dia. Desde 2004 o deslocamento é feito em carro oficial da Unimontes, porém, no princípio eram os próprios professores que custeavam as despesas com o transporte.

O curso de Geografia regular e gratuito fortaleceu-se, em 2008, com a expansão dos cursos à distância, ministrados em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (FADENOR) e prefeituras.

A Fadenor foi criada em 12 de março de 1996, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento

da Unimontes, garantindo agilidade e eficiência na viabilização de seus projetos, apoiando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. Uma de suas metas, desde a criação, é a democratização do acesso ao ensino, com melhoria da qualidade da Educação por intermédio de mecanismos modernos e, ao mesmo tempo, desafiadores, aliados à proposta de integração regional da universidade que se coloca como um instrumento capaz de minimizar as defasagens sociais existentes, estabelecendo uma política que garanta a formação e a capacitação continuada dos profissionais.

Seguindo essa linha, em 1996 ocorreu a oferta de cursos presenciais nas cidades de São Francisco e Salinas por demanda do governo estadual; em 2000 abrangeu Brasília de Minas, Coração de Jesus e Itambacuri, na modalidade semipresencial. Na modalidade modular, os municípios assistidos, em 2004, foram Joáima, Pedra Azul e Varzelândia.

**Tabela 1- Municípios onde foram realizados cursos presenciais de Geografia pela Unimontes**

NUCLEO	INÍCIO	TÉRMINO
São Francisco	1º Sem/1996	2º Sem/2000
Brasília de Minas	1º Sem/2000	1º Sem/2001
Coração de Jesus	2º Sem/2000	1º Sem/2003
Itambacuri	2º Sem/2000	2º Sem/2007
Diamantina	1996	1997
Salinas	1º Sem/1996	2º Sem/2000
Joáima	1º Sem/2004	1º Sem/2007
Pedra Azul	2º Sem/2004	2º Sem/2007
Varzelândia	1º Sem/2004	1º Sem/2007

**Fonte:** Unimontes, 2009. **Elaborado por:** GUIA, D, 2009.

A Tabela 1 espacializa as localidades e o início e término dos cursos de Geografia (emergencial e modular). Inicialmente os cursos ocorriam no período de férias de julho e janeiro, atendendo professores que atuavam sem a graduação em Geografia. Com o crescimento da demanda os cursos passaram a acontecer nos finais de semana, as aulas eram ministradas nas sextas-feiras

---

(5 horas/ aulas) e nos sábados (10 horas /aulas), totalmente diferente dos cursos regulares, onde as aulas são ministradas diariamente.

De acordo com a Unimontes (2008), os cursos modulares de Geografia encerraram suas atividades em 2007; apesar da procura por outros municípios não foram aprovados novos cursos em função do grande número de inadimplência, uma vez que o custo do curso era de responsabilidade do cursista. A Unimontes disponibilizava os professores e as prefeituras ficavam responsáveis pelo local onde seriam ministradas as aulas, biblioteca e lanches para os educadores; a Fadenor administrava a parte financeira e o transporte dos docentes.

No início o curso de Geografia enfrentava dificuldades que iam desde a deficiência de laboratórios para estudos na área física até a escassez de acervo bibliográfico e material didático; as bibliografias básicas que o curso possuía em geral eram escritas nos idiomas inglês e francês, exigindo dos discentes um grande esforço, como afirma Gomes (1989 p.7):

Aquela época, a bibliografia utilizada no curso de Geografia era a dos melhores autores, como William Morris Davis, Geomorfologia Estrutural e geofísica; Emmanuel Demartone e outros que eram lidos e estudados no original: Inglês e Francês, demandando dos alunos bom domínio desses dois idiomas. O material didático era pouco e escasso. Professores e alunos faziam campanhas para dar início ao acervo geográfico. Essas dificuldades eram vencidas através de campanhas e doações.

Apesar deste quadro de carência, no que diz respeito à estrutura física o curso de Geografia, de 1964 para 2008 passou por transformações significativas, contando, hoje, com seis laboratórios específicos (Geoprocessamento; Estudos Urbanos e Rurais; Geografia Física, Pedologia e Geologia; Educação Geográfica; Cartografia e Estudos Socioambientais) e uma Estação Meteorológica, conforme a sequência de imagens.



**Foto 1:** Laboratório de geoprocessamento  
**Autora:** GUIA, D. 2009



**Foto 2:** Laboratório de estudos urbanos e rurais  
**Autora:** GUIA, D. 2009

Na Foto 1 pode-se observar o Laboratório de Geoprocessamento, inaugurado em 2003 com a finalidade de auxiliar na formação didática e tecnológica dos acadêmicos; atualmente o Laboratório conta com dezessete computadores conectados a internet e dentre outros objetos, há ainda três aparelhos de Sistema de Posicionamento Global (GPS).

A Foto 2 representa o Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais, equipado com quatro computadores que auxiliam estagiários e orientadores em pesquisas sobre do meio rural e urbano do norte de Minas Gerais.



**Foto 3:** Laboratório de geografia física, pedologia e geologia. **Autora:** GUIA, D. 2009

Na Foto 3 é possível visualizar o Laboratório de Geografia Física, Pedologia e Geologia, em que os acadêmicos têm a oportunidade de melhor interagir com a parte física da Geografia. Possui destilador, fogões elétricos, refrigerador, estereoscópio de bolso, trado holandês, entre outros importantes itens que estruturam o laboratório.





**Foto 4:** Laboratório Educação Geográfica

**Autora:** GUIA, D. 2009

Na Foto 4, contendo mais de trinta exemplares de livros didáticos da escola básica, tem-se o Laboratório de Educação Geográfica, espaço em que os estudantes podem vivenciar a realidade da profissão através do contato com o material de trabalho do docente.



**Foto 5:** Laboratório de cartografia

**Autora:** GUIA, D. 2009



**Foto 6:** Estação Meteorológica

**Autora:** GUIA, D. 2009

O último Laboratório, representado na Foto 5, é o de Cartografia, que possui uma expressiva coleção de cartas geológicas e geomorfológicas de alguns dos municípios de Minas Gerais. Apresenta, ainda, dois televisores, pranchetas inclináveis, pantógrafos, mapas de parede Políticos e Físicos de regiões do mundo e do Brasil, dentre outros itens que propiciam ao acadêmico um maior contato com a ciência cartográfica.

Por fim, na Foto 6 está representada a Estação Meteorológica do Campus da Unimontes, administrada pelo Departamento de Geociências, inaugurada em 2001. Em determinados períodos do dia, dois estagiários do curso de Geografia se revezam a fim de coletar as informações sobre as condições meteorológicas da área. Pertencem à estação: anemômetro, pluviômetro, heliógrafo, tanque classe “A” e o abrigo meteorológico.

A Geografia, em função de sua abrangência, permeia por vários campos do conhecimento sobre a evolução da Terra, do meio ambiente e das sociedades humanas exigindo a pesquisa de campo como um recurso para observações diretas dos fatos e/ou fenômenos e a ampliação do conhecimento de forma mais concreta. Há alguns anos atrás, os acadêmicos e professores para realizarem estudos de campo e participarem de congressos, precisavam fazer campanhas coletivas, da colaboração de clubes de serviços, da AGB e da comunidade em geral para conseguir recursos para poderem participar destas atividades. Com a expansão da Unimontes, foi possível a aquisição de dois microônibus que possibilitam, muitas vezes, o deslocamento dos acadêmicos sem que haja custos de passagens para os mesmos, para eventos e trabalhos de campo. As pesquisas são de suma importância, pois favorecem as relações teóricas com a prática, proporcionando ao acadêmico perceber o quão dinâmico é o ciclo geográfico.

Como consequência da expansão também aconteceu o aumento do número de universitários e por isso os veículos destinados à locomoção dos mesmos não comportam os acadêmicos e tampouco o grande número de solicitações que lhes são feitas, tendo em vista que os veículos atendem à Unimontes, não especificamente o curso de Geografia.

No que se refere ao corpo docente do Departamento de Geociências, pode-se afirmar que desde a criação do curso aos dias atuais ocorreu uma melhora significativa na qualificação profissional, pois os professores que deram início ao curso eram recém formados, como as professoras Maria Florinda e Maria Dalva, além dos professores vindos de Belo Horizonte e cidades vizinhas como, o professor Manoel Nazareno Procópio de Moura - geólogo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a jornalista Mayáve Ribeiro e o professor Antônio Jorge, que vieram a convite das professoras acima mencionadas a fim de assumirem, respectivamente, as cadeiras de Fundamentos da Geologia, Petrografia, Mineralogia e Pedologia, Antropologia Cultural e Geografia Regional.

---

Neste contexto, apesar das dificuldades enfrentadas pelo corpo docente (baixos salários e instabilidade empregatícia) pode-se afirmar que o quadro de professores se encontra com um grau de qualificação significativa. O corpo docente é composto por doutores, doutorandos, mestres e poucos especialistas.

Quanto às publicações do Departamento de Geociências, a Revista Cerrados representa uma conquista, uma vez que é qualificada na base Qualis como estrato B3<sup>21</sup>; existe também os anais dos encontros regionais de Geografia e dos Povos do Cerrado de Pirapora, todos estes indexados e registrados com ISSN<sup>22</sup>. Anterior a estas publicações era redigido o Caderno Geográfico, que segundo a professora Marina de Fátima Brandão Carneiro <sup>23</sup> era *“um caderno mais simples, uma circulação interna, não era para mandar para outras faculdades para fazer intercâmbio, era de circulação local”*. Em 2003, este foi substituído pela Revista Cerrados, de perfil mais restrito e mais elaborada.

Em 2005 o curso de Geografia da Unimontes foi avaliado pelo MEC e recebeu nota cinco<sup>24</sup> no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem por objetivo averiguar o rendimento dos estudantes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Diante do exposto, pode-se afirmar que o curso é desenvolvido com poucos recursos e “dribla” as dificuldades que assolam todo o sistema educacional no Brasil, procurando aprimorar-se cada vez mais.

### **Considerações finais**

A formação docente vai além da academia, pois o discente da graduação deve envolver-se com o ensino aprendizagem, desenvolvendo habilidades e competências que atenda a demanda da educação básica. Após a análise da situação em especial nos cursos de licenciatura em Geografia, tem-se a certeza de que é essencial que o acadêmico detenha conhecimentos sólidos acerca da Ciência Geográfica, tenha didática e ética para exercer de forma pedagógica o ofício de educador ao ingressar no mercado de trabalho. Destaca-se que, embora seja indispensável o saber acadêmico oriundo da disciplina científica na graduação específica do docente, é fundamental que essa formação diferencie os conteúdos abordados na educação geográfica

<sup>21</sup> Estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

<sup>22</sup> Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (International Standard Serial Number) é o identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo.

<sup>23</sup> As informações foram obtidas através de entrevista concedida no dia 19/05/2009.

<sup>24</sup> O conceito é apresentado em cinco categorias (1 a 5) sendo que 1 é o resultado mais baixo e 5 é o melhor resultado possível.

(ensino fundamental e médio).

A partir das informações obtidas conclui-se que a formação dos docentes na Unimontes é satisfatória, sendo o curso de graduação considerado de qualidade. Deste modo, para alcançar uma formação de melhor qualidade exige-se responsabilidade, suficiência teórico-metodológica e, não menos importante, política, além do compromisso social. Para se chegar a esse resultado, faz-se necessário a busca por caminhos que designem a ruptura das dicotomias que perduram no meio educacional, singularmente as que se referem à formação docente.

### Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo (1934-1959). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 81, p. 77-91, 2004.

**BRASIL**. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931. p.1. Disponível em: <<http://www.fis.ufba.br/dfes/PDI/financ/decreto%2019.851.doc>>. Acesso em: 02/06/2009

**BRASIL**. Congresso Nacional. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 14 de dezembro de 1962 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm)>. Acesso em: 06/01/2009.

**BRASIL**. Congresso Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 06/01/2009

**BRASIL**. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.02 de 26 de junho de 1997. Brasília, 16 de junho de 1997. p.1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla06.pdf>> Acesso em: 02/06/2009

**BRASIL**. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 447 de 29 de maio de 2002. Belo Horizonte, 28 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.cee.mg.gov.br/parecer447.2000.htm>>. Acesso em 26/05/2009

CAMARGO, L. F. F. A condição do professor do ensino superior privado: o caráter mercantil dessas instituições e a degradação do trabalho. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 86, p. 65-93, 2007.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. Montes Claros (MG). **Entrevista** concedida a Débora Ariane Santos Guia em 2009.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. A formação do professor e os desafios para a democracia. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 86, p. 45-64, 2007.

CASTELLAR, S. M. VANZELLA . A formação de professores e o ensino de geografia. **Revista**

---

**Terra Livre**, n. 14, p. 48-57, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1998.

FIALHO, Maria Nicolina Felga. **Itinerário profissional e a construção da identidade docente: um estudo a partir de professores de Geografia em Belo Horizonte, Minas Gerais, 1950-2004**. 2005. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: < [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_FialhoMN\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_FialhoMN_1.pdf) >. Acesso em: 02/06/2009.

GOMES, Maria José Narciso. Histórico do Curso de Geografia na Unimontes. **Caderno Geográfico**. Departamento de Geociências. Setor de extensão. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1989.

GRECO, Fátima Aparecida da Silveira. Construir-se como professor de Geografia: saberes, práticas e trabalho docente. **Olhares & Trilhas** (UFU), Uberlândia (MG), v. 2, n. 1, p. 7-20, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2009. Síntese dos Indicadores 2007. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: educação**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/tab3\\_3.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/tab3_3.pdf) >. Acesso em: 18/03/2009

MARQUES, Maria Florinda Ramos. Montes Claros (MG). **Entrevista** concedida a Débora Ariane Santos Guia em 2009.

MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

MEC (Ministério da Educação), 2009. Cadastro das Instituições de Educação Superior, 2009. **Cursos Autorizados**, 2009. Brasília, 2009. Disponível em: < [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/cur\\_pesq\\_regiao.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/cur_pesq_regiao.stm) >. Acesso em: 01/06/2009

MINAS GERAIS. Decreto Estadual Nº 30.971, de 09/03/1990 Disponível em <<<http://www.unimontes.br/noticias.php?id=36>>>. Acessado em 22/03/2009

PEREIRA, Diamantino. A formação de professores e ensino de geografia. In: **Terra Livre**. n.14. jul. 1999. p.41-55.

VESENTINI, José William. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In: VESENTINI, José William (org). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 219- 248.

**Recebido para publicação em março de 2012**

**Aceito para publicação em junho de 2012**